

## O BRASIL NA REUNIÃO MINISTERIAL DE AGRICULTURA DA OCDE, FEVEREIRO DE 2010 <sup>1</sup>

### **Leandro Simões Pongeluppe**

Mestrando no PPGA da FEA/USP

E-mail: [leandro.pongeluppe@usp.br](mailto:leandro.pongeluppe@usp.br)

### **George Samir Abdul-Hak**

Especialista em Negociações Econômicas Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

E-mail: [george.ahak@gmail.com](mailto:george.ahak@gmail.com)

### **Carlos Eduardo Carvalho**

Professor Associado do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP, e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas Unesp/Unicamp/PUCSP.

E-mail: [cecarv@uol.com.br](mailto:cecarv@uol.com.br)

**Resumo:** o trabalho analisa as divergências entre as posições do Brasil e as posições de outros países participantes da Reunião Ministerial sobre Agricultura da OCDE, em fevereiro de 2010. O Brasil participou como observador (*enhanced engagement country*) e manifestou discordâncias relevantes quanto às políticas agrícolas de membros da OCDE. A retomada dos Encontros Ministeriais da OCDE, depois de doze anos, refletiu a demanda por ampliar os foros de coordenação referentes às preocupações em adaptar as práticas agrícolas aos padrões de sustentabilidade e segurança alimentar, além de preservar o crescimento econômico e do setor agrícola. A análise das divergências entre o Brasil e outros participantes é feita a partir da classificação das principais questões em sete dimensões temáticas, propostas pelos autores, analisadas pela técnica de escalonamento multivariado.

**Palavras-chave:** OCDE, reunião ministerial sobre agricultura, diplomacia brasileira

---

<sup>1</sup> Versão revista e ampliada do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Relações Internacionais de Leandro Simões Pongeluppe e George Samir Abdul-Hak, sob orientação do Professor Carlos Eduardo Carvalho, concluído em junho de 2010, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Recebido em 12/05/2012. Liberado para publicação em 09/09/2012 .

## BRAZIL IN THE AGRICULTURE MINISTERIAL MEETING OF OECD, FEBRUARY 2010

***Abstract:** the paper analyzes the differences among the position of Brazil and other countries participating in the Agriculture Ministerial Meeting of the OECD in February 2010. Brazil has participated as an observer (enhanced engagement country) and expressed disagreement to relevant agricultural policies of OECD members. The resumption of the OECD Ministerial Meetings, after twelve years, reflected the demand for larger forums of coordination regarding concerns in adapting agricultural practices to the standards of sustainability and food security, while preserving economic and the agricultural sector growth. The analysis of the differences among Brazil and other participants were made from a rank of major issues in seven thematic dimensions proposed by the authors, and analyzed by multivariate scaling technique.*

***Keywords:** OECD, agriculture ministerial meeting, Brazilian diplomacy*

***JEL:** Q17*

### **Introdução**

A Reunião Ministerial sobre Agricultura da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 25-26 de fevereiro de 2010, em Paris, reuniu os ministros da agricultura de 34 países-membros da organização, além de representantes de países não membros - em caráter de inserção, de engajamento reforçado e de observadores - e organizações internacionais. O objetivo era analisar desafios da agricultura nos próximos anos e definir diretrizes para a constituição de políticas que minimizem os efeitos das mudanças climáticas e ambientais na produção agrícola, e vice-versa. Reuniões dessa natureza não eram realizadas havia doze anos. A convocação refletiu a exacerbação das polêmicas sobre a sustentabilidade do desenvolvimento agrícola no modelo atual, diante dos problemas ambientais e das acentuadas flutuações de preços das *commodities* agrícolas, em especial no ano de 2008.

O trabalho analisa as posições e divergências na reunião e procura relacioná-las com as mudanças no cenário econômico, social e ambiental nos últimos anos. O posicionamento do Brasil é muito relevante, pela importância da atividade agrícola brasileira na economia mundial e pelo peso do setor agrícola no país. A política externa agrícola do Brasil tem sido destacada nas esferas da OMC, como na rodada

Doha. Espera-se que a análise da posição brasileira em outra organização, com a relevância da OCDE, amplie a compreensão da política externa agrícola no país.

O trabalho foi realizado com base em documentos da OCDE e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, notícias de jornais, bibliografia especializada e entrevista com autoridade brasileira do setor.

O texto está organizado em três seções. A primeira apresenta uma breve explanação sobre a importância da reunião ministerial em questão para o contexto recente das relações internacionais. A segunda aborda as principais temáticas relacionadas à agricultura na atualidade, e como elas foram tratadas na reunião, destacando o posicionamento de alguns países, a fim de situar os pontos de divergência entre a representação brasileira e a política agrícola dos países-membro da OCDE. Por fim, apresenta-se a análise da posição brasileira.

## **1. A OCDE e a Reunião Ministerial sobre Agricultura**

A OCDE é uma organização dedicada a promover o crescimento econômico sustentado, por meio da cooperação e integração entre os países-membros, atualmente 34, além de cinco países com "engajamento reforçado" (*enhanced engagement*) e outros países que participam das reuniões como observadores.

Na Reunião Ministerial sobre Agricultura de 2010 destacou-se principalmente o papel do comércio como garantidor do fluxo de alimentos entre as nações. Alguns países do G20, membros da OCDE ou participantes da reunião, destacaram que mercados fracos e pequenos acabam por gerar instabilidade e volatilidade nos preços dos bens agrícolas e que apenas com mercados amplos em volume e liberalizados é que se alcançará uma maior segurança alimentar. Por conta disso, puseram em questão a funcionalidade dos acordos de "regionalismos fechados", que a seu ver provocam mais desvio de comércio que criação de comércio.

Outro ponto de grande relevância no âmbito da OCDE é o papel das políticas agrícolas frente aos desafios ambientais. Destaca-se o papel do Estado como promotor de políticas que levem o setor agrícola a novas práticas sem prejudicar sua viabilidade econômica. Nesse ponto o posicionamento dos países foi claro e enfático no sentido da realização de reformas liberalizantes e promotoras de desenvolvimento do setor agrícola.

Nas primeiras reuniões ministeriais sobre agricultura (1987, 1992, 1998) os então países-membros da OCDE esboçavam intenções de adaptar suas políticas às mudanças ambientais e comerciais. Comprometiam-se a intervir menos no setor e promover a transparência, para facilitar a identificação de objetivos, custos, benefícios e beneficiários. Contudo, a OCDE vê que continua a haver grande disparidade entre a política agrícola dos países-membros. Alguns deles ainda praticam políticas de intervenção nos mercados agrícolas apontadas como responsáveis por distorções de preços e prejudiciais à ordem econômica, social e ambiental.

Além disso, a OCDE destaca instrumentos de política pública que podem ser usados pelos Estados como promotores de desenvolvimento no setor agrícola: políticas de crédito rural, investimento em capital humano e infraestrutura, desenvolvimento de associações e cooperativas de produtores, dentre outros.

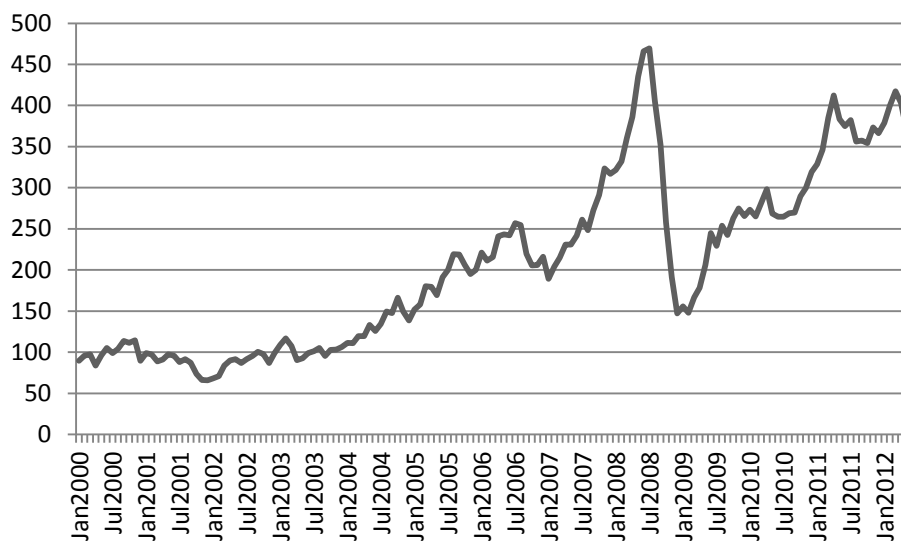
Os problemas decorrentes da tendência de forte alta e intensa volatilidade dos preços das *commodities* agrícolas a partir de 2007, com declínio abrupto no final de 2008, foram amplamente discutidos na reunião de 2010 e estiveram entre os fatores mais relevantes para sua convocação.

A agressiva alta de 2007 foi estimulada, entre outros fatores, pelo preço do petróleo (Figura 1) – base para insumos agrícolas, como fertilizantes e pesticidas, e combustíveis para maquinário de plantio e colheita.

Houve também grande influência do aumento da demanda mundial e de problemas climáticos extremos, movimentos especulativos nos mercados de futuros – em que as *commodities* agrícolas são negociadas intensamente – estimulados também pela alegada destinação de terras e colheitas para a produção de biocombustíveis. A crise econômica de 2008, além de retrain o crédito, levou os investidores a procurar ativos de maior segurança, o que derrubou os preços das *commodities* agrícolas e dos alimentos (Figura 2).

Em meio a esses processos, a produção de biocombustíveis passou a ser largamente discutida. Além dos alegados benefícios ambientais, a depender da energia requerida para a produção de cada um deles, os biocombustíveis seriam uma proteção contra a tendência de alta do petróleo, mas à custa de uma possível pressão sobre os preços dos alimentos e das terras agricultáveis.

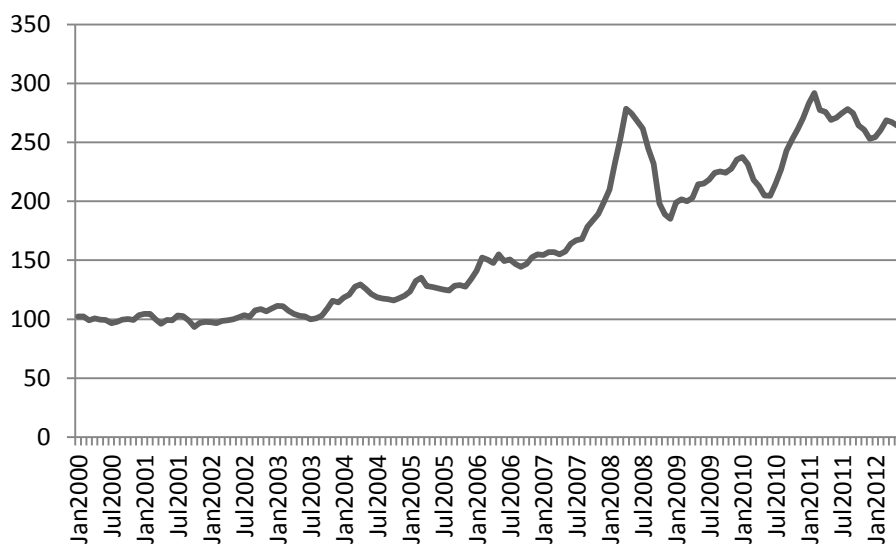
**Figura.1 - Índice de preços de combustível (energia)**



Descrição: *Crude petroleum, average of UK Brent (light)/Dubai (medium)/Texas (heavy) equally weighted (\$/barrel)..*

Fonte: UNCTADStat

**Figura 2 - Índice de preços dos Alimentos**

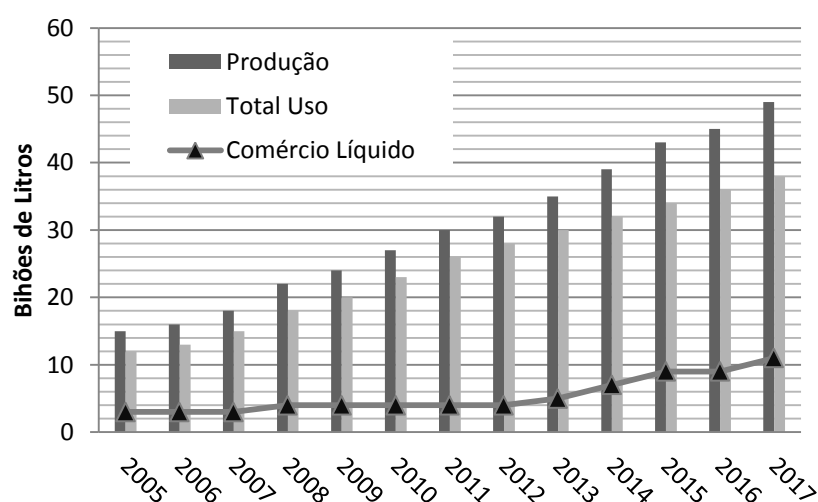


Descrição: Bens alimentícios.

Fonte: UNCTADStat.

Na reunião de 2010 foi recorrente a questão do *trade-off* entre produção agro-alimentícia e produção agro-energética, com grande discordância entre os países da OCDE e a política defendida pelo Brasil. Pelas projeções da OCDE, o Brasil continuará sendo o principal mercado produtor e exportador de bicomcombustíveis, notadamente o etanol. Pelas projeções, em 2018, o país deverá exportar 12 bilhões de litros de etanol, o que corresponde a 90% das exportações mundiais do produto (Figura 3).

**Figura 3 – Projeções para o Etanol Brasileiro**



Fonte: OCDE, dados trabalhados.

Contudo, há uma preocupação de que a expansão da produção de bicomcombustíveis ocorrerá em detrimento da produção de bens agro-alimentares, o que poderia agravar problemas de inflação e de insegurança alimentar. Para a OCDE, os aumentos de preços dos alimentos poderão ser de 10% a 20% em países de renda alta e de 40% a 60% em países de baixa renda.

Já no que tange à segurança alimentar, a OCDE em conjunto com a FAO demonstrou no estudo intitulado *OCDE-FAO Agricultural Outlook 2009-2018*, que cerca de um bilhão de pessoas hoje passa fome e que parte considerável da população mundial vive abaixo da linha de pobreza. Uma elevação dos preços dos alimentos criaria graves problemas de insegurança alimentar. Além disso, uma elevação nos preços das *commodities* fatalmente levaria à incorporação de terras de qualidade inferior (terras marginais). Esse fato certamente causaria queda na

produtividade média e redução de lucros do setor produtivo, com consequente desincentivo ao aumento da produção e custo socioambiental crescente.

## **2. O posicionamento dos países na reunião**

Para a análise do posicionamento dos países na reunião, o trabalho propõe a divisão das questões tratadas em sete dimensões temáticas, indicadas logo adiante.

A análise da posição de cada país em cada um delas foi feita com base nos documentos apresentados pelos países participantes (OECD, 2010a) e no “Sumário dos Presidentes”, (OECD, 2010b), relatório final <sup>sobre os principais pontos debatidos na reunião</sup>, preparado pelos ministros dos países que a dirigiram - Berlakovich (Áustria) e Carter (Nova Zelândia).

Estão indicadas a seguir as sete dimensões temáticas, com destaque para posições divergentes entre os países participantes.

1. **Mudanças climáticas:** A preocupação com essa dimensão temática foi praticamente unânime entre os países participantes.
2. **Segurança Alimentar:** Essa dimensão mereceu referências muito numerosas. Dados apresentados pela FAO em seus relatórios foram fundamentais para expor a gravidade do problema e de seus desdobramentos. O Brasil não deu ênfase ao problema em seu *paper* de posicionamento oficial.
3. **Crises e Volatilidade:** Esta dimensão se refere fundamentalmente aos impactos do comportamento de alta e volátil dos preços dos alimentos em 2007-08 e os posteriores desdobramentos da crise econômico-financeira de 2008 sobre a agricultura. Enquanto países como Turquia e Bélgica deram grande importância ao assunto - destacando a “fragilidade do sistema global de alimentos” frente às flutuações de preços -, Suécia e Chile não o abordaram nos *papers*.
4. **Infraestrutura e P&D:** A temática incluiu análises da pertinência da rede logística e da estrutura produtiva, além da importância da pesquisa científica e da tecnologia na superação de obstáculos à agricultura. Enquanto a maioria dos países - como Alemanha, Reino Unido, Bélgica, Chile, Argentina - veem como vital a elaboração de soluções técnicas e tecnológicas, outros países - como Austrália e Brasil - vêm na infraestrutura um ponto importante para o aumento da eficiência da produção e da comercialização dos bens primários.

5. **Construção de Recursos:** Refere-se à escassez de recursos naturais. Muitos países veem com apreensão a carência de recursos como água e solo agricultável. Alguns países, como Hungria, basearam sua atuação em evidenciar este problema, enquanto o Brasil não citou problemas nessa área.

6. **Liberalização Comercial:** Enfatizou-se fundamentalmente a importância de uma maior abertura do comércio internacional de bens primários. Sobre este assunto houve divergências categóricas entre os países. Enquanto França e Noruega se posicionaram contra a liberalização, já que para elas a agricultura tem uma lógica multifuncional e essencial na organização social do país, Brasil, Argentina, Chile, Alemanha apontam a liberalização como uma alternativa *sine qua non* aos problemas relativos à segurança alimentar.

7. **Bioenergia:** Refere-se à ligação entre produção alimentar e a produção agro-energética, evidenciada pelas energias renováveis de origem agrícola. Enquanto países como Luxemburgo, Suécia e Brasil deram amplo destaque à importância dos bicompostíveis como alternativa energética válida e eficaz, outras nações vêm com ressalvas essa iniciativa, pelo risco de queda da produção alimentar.

Para cada uma das dimensões temáticas, a Tabela 3.1 classifica as posições dos 24 países mais importantes, com o seguinte critério numérico:

- 1 para grande ênfase;
- 0,5 para ênfase mediana; e
- - (0) para assuntos não tratados.

A Figura 4 apresenta uma indicação de proximidade dos posicionamentos dos países nas dimensões temáticas indicadas na Tabela 1. Por meio do uso da técnica de escalonamento multivariado, buscamos representar espacialmente (em duas dimensões) esse grau de proximidade entre os posicionamentos.

É importante ressaltar que os dados não foram padronizados e tampouco foram nomeadas as dimensões do gráfico, pois o intuito é apenas possibilitar uma observação mais clara e direta de quais países têm posições mais próximas em relação às sete dimensões temáticas destacadas

Utilizamos a medição intervalar pela distancia euclidiana quadrática, mas sem fazer a padronização das variáveis, o que é uma limitação do modelo. A opção por proceder dessa forma decorreu de que a padronização inviabilizaria a representação gráfica da proximidade nas sete dimensões em conjunto.

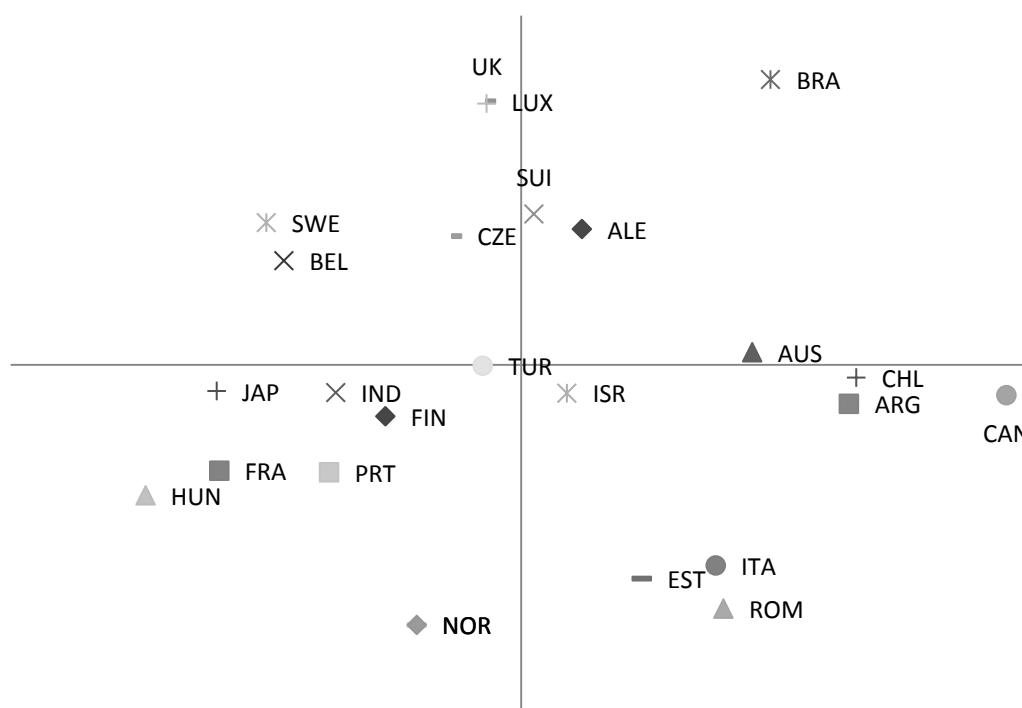


TABELA 3.1 - DIMENSÕES TEMÁTICAS ENFATIZADAS POR 24 PAÍSES PARTICIPANTES DA REUNIÃO MINISTERIAL DE AGRICULTURA DA OCDE 2010

	Mudanças Climáticas	Segurança Alimentar	Crises e Volatilidade	Infraestrutura e P&D	Construção de Recursos	Liberalização Comercial	Bioenergia	No. de Dimensões
Luxemburgo	1	1	1	1	1	1	1	7
Reino Unido	1	1	1	1	1	1	1	7
Alemanha	1	1	0,5	1	1	1	0,5	6
Suíça	1	1	1	1	1	1	-	6
Austrália	1	1	1	1	-	1	-	5
Bélgica	1	1	1	-	1	1	-	5
Brasil	1	-	1	1	-	1	1	5
Indonésia	1	1	1	0,5	1	-	0,5	5
República Tcheca	1	0,5	1	0,5	1	1	-	5
Turquia	1	1	1	0,5	0,5	0,5	0,5	5
Finlândia	1	1	0,5	0,5	1	-	0,5	4,5
Israel	0,5	1	0,5	1	1	0,5	-	4,5
Japão	1	1	1	-	1	-	0,5	4,5
Suécia	1	1	-	-	1	0,5	1	4,5
Argentina	1	1	-	1	-	1	-	4
França	1	1	1	-	1	-	-	4
Portugal	1	1	1	-	0,5	-	0,5	4
Chile	1	0,5	-	1	-	1	-	3,5
Estônia	0,5	1	1	1	-	-	-	3,5
Itália	1	1	-	1	-	-	0,5	3,5
Hungria	1	-	1	-	1	-	-	3
Noruega	1	1	1	-	-	-	-	3
Romênia	1	1	-	1	-	-	-	3
Canadá	-	0,5	-	1	-	1	-	2,5
Total	22	20,5	16,5	15	14	12,5	7,5	108

Utilizando o programa SPSS da IBM<sup>®</sup>, obtivemos o escalonamento dos países por meio da interpretação da Tabela 1. Utilizamos o modelo de escalonamento multidimensional (ALSCAL). Seu stress (medida de ajuste entre inputs e outputs) ficou próximo a 17%, o qual tem qualidade considerada entre “razoável” e “pobre” segundo a gradação de Kruscal, o que seria uma limitação à técnica. Entretanto o R<sup>2</sup> ficou próximo a 0,8310, o que sugere que o modelo conseguiu capturar 83,1% dos dados originais, validando assim o uso da técnica (Figura 4).

**Figura 4– Posição relativa dos países segundo as sete variáveis<sup>2</sup>  
(Distância Quadrática Euclidiana)**



Fonte: Tabela 1. Dados trabalhados no SPSS.

<sup>2</sup> Variáveis: Mudanças Climáticas, Segurança Alimentar, Crises e Volatilidade, Infraestrutura e P&D, Construção de Recursos, Liberalização Comercial e Bioenergia. O gráfico foi elaborado com base na saída do SPSS para o modelo de escalonamento multivariado (Alscal) usando os dados da tabela 3.1. Os dados não foram padronizados e tampouco foram nomeadas as dimensões do gráfico.

### 3. A posição do Brasil

Por conta de sua capacidade agrícola e do potencial para biocombustíveis, o Brasil foi alvo de grande atenção na reunião. A delegação brasileira, chefiada pelo Secretário de Produção Agrícola do Ministério da Agricultura, Edilson Guimarães, foi composta por representantes do MRE (Ministério das Relações Exteriores) e principalmente do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Durante toda a reunião, o Brasil destacou os efeitos crise financeira de 2008 no setor agrícola e defendeu a adoção de políticas transparentes e neutras para minimização da intervenção governamental e aumento da concorrência de mercado. Esse gênero de políticas seria capaz, segundo a delegação brasileira, de evitar distorções no mercado e proteger a oferta de alimentos e a formação de preços adequados para os países consumidores. O Brasil destacou também a necessidade de investimentos na infraestrutura, ao invés de gastos em subsídios e em suporte artificial dos preços.

Muitos países apoiaram a posição brasileira em favor da liberalização comercial, mas, de acordo com o assessor do MAPA Antônio Luiz Moraes, estes países não adotaram uma postura tão incisiva “pela necessidade de resguardar os interesses “legítimos” de seus agricultores contra ameaças de ruptura social”.

Segundo relatos do MAPA, a questão da compra de terras por estrangeiros (notadamente na África, Ásia e América Latina) foi objeto de preocupação no tocante à preservação de recursos naturais e por ser promotora de problemas sociais para diversos países. O comunicado final da reunião, contudo, se ateve apenas à definição do princípio do liberalismo.

Em outro debate polêmico a representação brasileira destacou a importância da produção de biocombustíveis e procurou reduzir a apreensão internacional quanto à existência de um *trade-off* entre alimentos e agro-energia e seus possíveis efeitos sobre o meio-ambiente, já que ambos são muito relevantes e há espaço físico para plantações com os dois propósitos. Para exemplificar, a delegação apontou que o Brasil conta com 100 milhões de hectares de áreas agricultáveis, aos quais mais 60 milhões podem ser adicionados com finalidade pastoril. Com isso, não haveria perigo de desmatamento nem de inflação nos alimentos por deslocamento do uso da terra para produção de etanol. A representação brasileira insistiu também na necessidade

de investimentos em P&D, principalmente em bicompostíveis da segunda geração, uma matriz energética limpa e renovável.

Apesar dos argumentos levantados pela delegação do Brasil, a maioria dos países membros da OCDE vê com ressalvas a questão (ver Tabela 3.1). Segundo o assessor Antônio Luiz Moraes, o tema foi uma das áreas sensíveis que levaram o Brasil a não subscrever o Comunicado Final da reunião. Vale destacar que África do Sul, Argentina e Indonésia se alinharam com a posição brasileira e também não subscreveram o comunicado final – nas palavras do assessor, “por razões compreensíveis, os EUA são menos críticos em relação ao tema da agro-energia e têm uma abordagem crítica moderada quanto ao problema do aquecimento global”.

O Brasil pouco tratou da constrição de recursos. Limitações derivadas da escassez nos recursos hídricos foram apontadas por muitos países nos *papers* e apareceram no comunicado final. Na questão climática, a representação brasileira buscou destacar a importância do investimento público e privado na promoção de pesquisas que desenvolvam plantações e raças mais bem adaptadas as novas condições climatológicas mundiais. O manejo agrícola e pastoril, o combate ao desmatamento e a engenharia florestal terão papel fundamental na mitigação dos efeitos agrícolas bem como na preservação do meio ambiente.

A representação brasileira destacou a necessidade de ajuda da OCDE para identificação e discussão de iniciativas que os governos poderiam tomar para mitigar adversidades na produção nos mercados agrícolas.

Segundo o assessor do MAPA, Antônio Luiz Moraes, a avaliação do governo brasileiro é de que a reunião foi importante "para reafirmar e atualizar princípios que haviam sido formulados na reunião ministerial anterior, com base na qual a OCDE desenvolve seu trabalho", e para “identificar os principais desafios atuais e futuros dos diversos países em relação desenvolvimento da agricultura, bem como orientar a ação da OCDE assinalando prioridades em coerência com o enfrentamento dos referidos desafios”.

## **Considerações Finais**

A Reunião Ministerial de Agricultura da OCDE de fevereiro de 2010 ofereceu um amplo panorama do debate sobre as relações da agricultura com as questões ambientais e com o desenvolvimento econômico e social. Mais

especificamente, a reunião oferece elementos de relevo para o estudo do tripé agricultura-economia-sustentabilidade, no contexto econômico-histórico atual e sob a luz do embate entre as posturas de atores em posições distintas no cenário internacional.

O Brasil não subscreveu o Comunicado Final da reunião e evidenciou uma postura uma postura autônoma e de desalinhamento parcial com a visão da OCDE. Além da defesa de princípios econômicos liberais, materializada na defesa do livre comércio multilateral e das “novas matrizes” agro-energéticas, a delegação brasileira defendeu liberdade de mercado para corrigir os problemas de escassez e garantir acesso aos alimentos, além de reafirmar que não existe um *trade off* entre produção de bicomustíveis e produção de alimentos não existe.

A posição brasileira mostrou dissonância com a maioria dos países membros da OCDE. Na questão ambiental a posição brasileira foi clara, no sentido de que políticas públicas adequadas e de investimentos em P&D serão fundamentais no desenvolvimento de tecnologias capazes de superar os efeitos nefastos das mudanças climáticas.

### **Referências Bibliográficas**

- BANCO MUNDIAL. **Agricultura para o Desenvolvimento**. In: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008. Washington D.C., Estados Unidos, 2007;
- MORAES, Antônio Luiz. Entrevista com Leandro Pongeluppe. **Entrevista com o assessor do MAPA Antônio Luiz Moraes**. Outubro de 2010. Documento disponibilizado aos autores.
- MOREIRA, Assis. Brasil ameaça se opor a países ricos em reunião da OCDE. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 fev. 2010. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/impreso/agronegocios/105/110707/brasil-ameaca-se-opor-a-paises-ricos-em-reuniao-da-ocde>>. Acesso em: 27 mar. 2010.
- MOREIRA, Assis. Brasil reagirá a travas contra criação de gado. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 fev. 2010. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/impreso/agronegocios/105/110841/brasil-reagira-a-travas-contracriacao-de-gado>>. Acesso em: 27 mar. 2010.
- MOREIRA, Assis. Brasil rejeita parte de plano agrícola da OCDE. **Valor Econômico**, São Paulo, 01 mar. 2010. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/impreso/agronegocios/105/111309/brasil-rejeita-parte-de-plano-agricola-da-ocde>>. Acesso em: 27 mar. 2010. OECD. **OECD Agriculture Ministerial Meeting 2010**. OECD site. Disponível em:

[http://www.oecd.org/document/53/0,3343,en\\_21571361\\_43893445\\_43909109\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/53/0,3343,en_21571361_43893445_43909109_1_1_1_1,00.html)>. Acesso em: 07 mar. 2010. (a)

\_\_\_\_\_. **OECD Agriculture Ministerial Meeting 2010, Press releases, statements and contributions**. OECD site. Disponível em:

[http://www.oecd.org/document/10/0,3746,en\\_21571361\\_43893445\\_44666186\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/10/0,3746,en_21571361_43893445_44666186_1_1_1_1,00.html)>. Acesso em: 07 mar. 2010. (b)

\_\_\_\_\_. ***Decoupling: Policy Implications*** *OECD Papers Special Issue Volume 5, N°11 on Decoupling Agricultural Support*, Paris, França, 2006. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/34/10/39283467.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2010;

\_\_\_\_\_. ***Agricultural policy design and implementation*** OECD Publishing. Paris, France, 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/1/7/40477848.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2010;

\_\_\_\_\_. ***Environmental Performance of Agriculture at a Glance***. OECD Publishing. Paris, França, 2008. Disponível em: <<http://www.semarnat.gob.mx/presenciainternacional/Documents/OCDE/Environmental%20Performance%20of%20Agriculture%20at%20a%20Glance.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2010;

\_\_\_\_\_. ***Environmental performance of agriculture in OCDE countries since 1990***. OECD Publishing. Paris, França, 2008;

\_\_\_\_\_. ***Farmland Conversion: The Spatial Dimension of Agricultural and Land Use Policies***. OECD Publishing. Paris, França, 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/34/30/44111720.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2010;

\_\_\_\_\_. ***OCDE Economic Outlook***. Volume 2008/2, No. 84. OECD Publishing. Paris, França. December, 2008. Disponível em: <<http://website1.wider.unu.edu/lib/pdfs/OECD-OEO-Volume-2008-No-2.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2010;

\_\_\_\_\_. ***Globalization and Emerging Economies: Brazil, Russia, India, Indonesia, China and South Africa***. OECD PUBLISHING. Paris, França, 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/35/34/42324460.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2010;

\_\_\_\_\_. ***OCDE Environmental Outlook to 2030***. OECD Publishing. Paris, França, 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/46/15/40220494.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2010;

\_\_\_\_\_. ***Agricultural Policies in OCDE Countries: Monitoring and Evaluation***. OECD Publishing. Paris, França, 2009;

\_\_\_\_\_. ***Agricultural policies in emerging economies: monitoring and evaluation***. OECD Publishing. Paris, França, 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/54/30/42347206.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2010;

\_\_\_\_\_. ***Managing water for all: an OCDE Perspective on Pricing and Financing - Key Messages for Policy Makers***. OECD Publishing. Paris, França, 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/53/34/42350563.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

- \_\_\_\_\_. *Methods to Monitor and Evaluate the Impacts of Agricultural Policies on Rural Development*. OECD Publishing. Paris, França, 2009. Disponível em: < <http://www.oecd.org/dataoecd/32/43/44110564.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2010;
- \_\_\_\_\_. *OCDE-FAO Agricultural Outlook 2009- 2018*. OECD Publishing. Paris, França, 2009. Disponível em: < [http://www.fao.org/es/esc/common/ecg/599/en/OECD\\_Highlights.pdf](http://www.fao.org/es/esc/common/ecg/599/en/OECD_Highlights.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2010
- \_\_\_\_\_. *Agricultural Policies and Rural development - A synthesis of recent OCDE Work*. OECD Publishing. Paris, França, 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/33/40/44668202.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2010;
- \_\_\_\_\_. *OECD Programme on Food, Agriculture and Fisheries*. OCDE Data, 2010. Disponível em: < <http://www.oecd.org/dataoecd/0/4/44915890.pdf>>. Acesso em: 1 ° jun. 2010;
- \_\_\_\_\_. *Comunicado de los Ministros - Principios para las políticas públicas en Alimentación y Agricultura y líneas directrices de Orientación Estratégica para los trabajos a emprender por la OCDE en el futuro*. OCDE. Paris, 25-26 fev., 2010. Disponível em: < <http://www.oecd.org/dataoecd/7/14/44784133.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2010;
- PINTO, Denis Fontes de Souza. **OCDE: Uma Visão Brasileira**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 2000;
- THOMAZ, Laís Forti; CARVALHO, Carlos Eduardo Ferreria. **A crise das tortillas no México (2007): alta das commodities, instabilidade financeira e segurança alimentar**. Brasília, IPEA, Revista Tempo do Mundo, 2011, no prelo.